

Associação de Socorros de Outeiro da Cabeça

Anexo

13 de março de 2026

Índice

1	Identificação da Entidade	3
2	Referencial Contabilístico de Preparação das Demonstrações Financeiras	3
3	Principais Políticas Contabilísticas	4
3.1	Bases de Apresentação	4
3.2	Políticas de Reconhecimento e Mensuração	6
4	Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros:	10
5	Ativos Fixos Tangíveis	10
6	Inventários	13
7	Rédito	14
8	Subsídios do Governo e apoios do Governo	14
9	Benefícios dos empregados	15
10	Divulgações exigidas por outros diplomas legais	15
11	Outras Informações	15
11.1	Associados	16
11.2	Clientes e Utentes	16
11.3	Diferimentos	17
11.4	Caixa e Depósitos Bancários	17
11.5	Fundos Patrimoniais	17
11.6	Fornecedores	18
11.7	Estado e Outros Entes Públicos	18
11.8	Outras Contas a Pagar	19
11.9	Subsídios, doações e legados à exploração	19
11.10	Fornecimentos e serviços externos	19
11.11	Outros rendimentos	20
11.12	Outros gastos	20
11.13	Resultados Financeiros	20
11.14	Acontecimentos após data de Balanço	21

1 Identificação da Entidade

A “Associação de Socorros de Outeiro da Cabeça” é uma instituição sem fins lucrativos, constituída sob a forma de Pessoa Coletiva de Utilidade Pública com estatutos publicados no Diário da República n.º 301, Série III de 28/12/1983, com sede em Rua da Estação, n.º 5, Outeiro da Cabeça. Tem como atividade principal apoio à família e à velhice, nomeadamente:

- Prestar serviços sociais de qualidade aos clientes, à Comunidade e Associados;
- Desenvolver as respostas sociais de Centro de Dia e Serviços de Apoio Domiciliário;
- Dinamizar atividades lúdicas, criativas, culturais e de desenvolvimento psicossocial;
- Implementar políticas e práticas de referência na qualidade e inovação das respostas sociais prestadas.

2 Referencial Contabilístico de Preparação das Demonstrações Financeiras

Em 2025 as Demonstrações Financeiras foram elaboradas no pressuposto da continuidade das operações a partir dos livros e registos contabilísticos da Entidade e de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para as Entidades do Setor Não Lucrativo (NCRF-ESNL) aprovado pelo Decreto-Lei n.º 36-A/2011 de 9 de março. No Anexo II do referido Decreto, refere que o Sistema de Normalização para Entidades do Setor Não Lucrativo é composto por:

- Bases para a Apresentação das Demonstrações Financeiras (BADF);
- Modelos de Demonstrações Financeiras (MDF) – Portaria n.º 105/2011 de 14 de março;
- Código de Contas (CC) – Portaria n.º 106/2011 de 14 de março;
- NCRF-ESNL – Aviso n.º 6726-B/2011 de 14 de março;
- Normas Interpretativas (NI)

3 Principais Políticas Contabilísticas

As principais políticas contabilísticas aplicadas pela Entidade na elaboração das Demonstrações Financeiras foram as seguintes:

3.1 Bases de Apresentação

As Demonstrações Financeiras foram preparadas de acordo com as Bases de Apresentação das Demonstrações Financeiras (BADF)

3.1.1 Regime do Acréscimo (periodização económica):

Os efeitos das transações e de outros acontecimentos são reconhecidos quando eles ocorram (satisfeitas as definições e os critérios de reconhecimento de acordo com a estrutura concetual, independentemente do momento do pagamento ou do recebimento) sendo registados contabilisticamente e relatados nas demonstrações financeiras dos períodos com os quais se relacionem. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes rendimentos e gastos são registados nas respetivas contas das rubricas “Devedores e credores por acréscimos” e “Diferimentos”.

3.1.2 Continuidade:

Com base na informação disponível e as expetativas futuras, a Entidade continuará a operar no futuro previsível, assumindo não há a intenção nem a necessidade de liquidar ou de reduzir consideravelmente o nível das suas operações. Para as Entidades do Setor Não Lucrativo, este pressuposto não corresponde a um conceito económico ou financeiro, mas sim à manutenção da atividade de prestação de serviços ou à capacidade de cumprir os seus fins.

3.1.3 Compreensibilidade

As Demonstrações Financeiras devem ser de fácil compreensão para os Utentes da informação que relatam. Contudo, não devem ser evitadas matérias complexas, dado que elas são, por norma, fundamentais à tomada de decisão.

3.1.4 Relevância

Toda a informação produzida é relevante quando influencia a tomada de decisões dos utentes, ajudando a compreender o passado, realizar o presente e projetar o futuro, expurgando erros ou ineficiências.

3.1.5 Materialidade

A relevância da informação é afetada pela sua natureza e materialidade. A materialidade depende da quantificação da omissão ou erro. A informação é material se a sua omissão ou inexactidão influenciarem as decisões económicas tomadas por parte dos utentes com base nas demonstrações financeiras influenciarem. Itens que não são materialmente relevantes para justificar a sua apresentação separada nas demonstrações financeiras podem ser materialmente relevantes para que sejam discriminados nas notas deste anexo.

3.1.6 Fiabilidade

A informação apenas é útil se for fiável. Para tal, deve estar expurgada de erros e preconceitos que vão enviesar a tomada de decisão. Mais do que opiniões, ela deve refletir factos consolidados e comprovados.

3.1.7 Representação Fidedigna

A fiabilidade da informação adquire-se com a representação fidedigna das transações e outros acontecimentos que se pretende relatar. Mesmo que sujeita a riscos, deve haver a preocupação constante mensurar todos os valores recorrendo a ferramentas e factos que documentem e confirmem segurança na hora da tomada de decisão.

3.1.8 Substância sobre a forma

Os acontecimentos devem ser contabilizados de acordo com a sua substância e realidade económica. A exclusiva observância da forma legal pode não representar fielmente determinado acontecimento. O exemplo pode ser dado quando se aliena um ativo, mas se continua a usufruir de benefícios gerados por esse bem, através de um acordo. Neste caso, o relato da venda não representa fielmente a transação ocorrida.

3.1.9 Neutralidade

A informação deve ser neutra. As opiniões e preconceitos são atitudes que enviesam a tomada de decisão.

3.1.10 Prudência

A incerteza e o risco marcam o quotidiano das organizações. As dívidas incobráveis, as vidas úteis prováveis, as reclamações em sede de garantia conferem graus de incerteza mais ou menos relevantes que devem ser relevados nas demonstrações financeiras. Contudo, deve manter-se

rigor nesta análise, de forma a não subavaliar ou sobreavaliar os acontecimentos, não criar reservas ocultas, nem provisões excessivas.

3.1.11 Plenitude

A informação é fiável quando nas demonstrações financeiras respeita os limites de materialidade e de custo. Omissões podem induzir em erro, pois podem produzir dados falsos ou deturpadores da realidade e levar a decisões erradas.

3.1.12 Comparabilidade

A informação comparativa deve ser divulgada, nas Demonstrações Financeiras, com respeito ao período anterior. Respeitando ao Princípio da Continuidade da Entidade, as políticas contabilísticas devem ser levados a efeito de maneira consistente em toda a Entidade e ao longo do tempo e de maneira consistente. Procedendo-se a alterações das políticas contabilísticas, as quantias comparativas afetadas pela reclassificação devem ser divulgadas, tendo em conta:

- A natureza da reclassificação;
- A quantia de cada item ou classe de itens que tenha sido reclassificada; e
- Razão para a reclassificação.

3.2 Políticas de Reconhecimento e Mensuração

3.2.1 Ativos Fixos Tangíveis

Os “Ativos Fixos Tangíveis” encontram-se registados ao custo de aquisição ou de produção, deduzido das depreciações e das perdas por imparidade acumuladas. O custo de aquisição ou produção inicialmente registado, inclui o custo de compra, quaisquer custos diretamente atribuíveis às atividades necessárias para colocar os ativos na localização e condição necessárias para operarem da forma pretendida e, se aplicável, a estimativa inicial dos custos de desmantelamento e remoção dos ativos e de restauração dos respetivos locais de instalação ou operação dos mesmos que a Entidade espera vir a incorrer.

Os ativos que foram atribuídos à Entidade a título gratuito encontram-se mensurados ao seu justo valor, ao valor pelo qual estão segurados ou ao valor pelo qual figuravam na contabilidade.

As despesas subsequentes que a Entidade tenha com manutenção e reparação dos ativos são registadas como gastos no período em que são incorridas, desde que não sejam suscetíveis de gerar benefícios económicos futuros adicionais

As depreciações são calculadas, assim que os bens estão em condições de ser utilizado, pelo método da linha reta em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

As taxas de depreciação utilizadas correspondem aos períodos de vida útil estimada que se encontra na tabela abaixo:

Descrição	Vida útil estimada (anos)
Edifícios e outras construções	50
Equipamento básico	6
Equipamento de transporte	5
Equipamento administrativo	6
Outros Activos fixos tangíveis	10

A Entidade revê anualmente a vida útil de cada ativa, assim como o seu respetivo valor residual quando este exista.

As mais ou menos valias provenientes da venda de ativos fixos tangíveis são determinadas pela diferença entre o valor de realização e a quantia escriturada na data de alienação, as sendo que se encontra espelhadas na Demonstração dos Resultados nas rubricas "Outros rendimentos operacionais" ou "Outros gastos operacionais".

3.2.2 Inventários

Os "Inventários" estão registados ao menor de entre o custo de aquisição e o valor realizável líquido. O valor realizável líquido representa o preço de venda estimado deduzido de todos os custos estimados necessários para a concluir os inventários e proceder à sua venda. Sempre que o valor de custo é superior ao valor realizável líquido, a diferença é registada como uma perda por imparidade.

A Entidade adota como método de custeio dos inventários o custo médio ponderado.

Os Inventários que a Entidade detém, mas que se destinam a contribuir para o desenvolvimento das atividades presentes e futuras ou os serviços que lhes estão associados e não estão diretamente relacionados com a capacidade de ela gerar fluxos de caixa.

3.2.3 Instrumentos Financeiros

Os ativos e passivos financeiros são reconhecidos apenas e só quando se tornam uma parte das disposições contratuais do instrumento.

Associados

As quotas, donativos e outras ajudas similares procedentes de associados que se encontram com saldo no final do período sempre que se tenham vencido e possam ser exigidas pela entidade estão registados no ativo pela quantia realizável.

Clientes e outras contas a Receber

Os “Clientes” e as “Outras contas a receber” encontram-se registadas pelo seu custo estando deduzidas no Balanço das Perdas por Imparidade, quando estas se encontram reconhecidas, para assim retratar o valor realizável líquido.

As “Perdas por Imparidade” são registadas na sequência de eventos ocorrido que apontem de forma objetiva e quantificável, através de informação recolhida, que o saldo em dívida não será recebido (total ou parcialmente). Estas correspondem à diferença entre o montante a receber e respetivo valor atual dos fluxos de caixa futuros estimados, descontados à taxa de juro efetiva inicial, que será nula quando se perspetiva um recebimento num prazo inferior a um ano.

Estas rubricas são apresentadas no Balanço como Ativo Corrente, no entanto nas situações em que a sua maturidade é superior a doze meses da data de Balanço, são exibidas como Ativos não Correntes.

Outros ativos e passivos financeiros

Os instrumentos financeiros cuja negociação ocorra em mercado líquido e regulamentado, são mensurados ao justo valor, sendo as variações reconhecidas deste por contrapartida de resultados do período.

Os custos de transação só podem ser incluídos na mensuração inicial do ativo ou passivo financeiro, quando mensurados ao custo menos perda por imparidade.

À data de relato a Entidade avalia todos os seus ativos financeiros que não estão mensurados ao justo valor por contrapartida de resultados. Havendo evidência objetiva de que se encontra em imparidade, esta é reconhecida nos resultados. Cessando de estar em imparidade, é reconhecida a reversão.

Caixa e Depósitos Bancários

A rubrica “Caixa e depósitos bancários” inclui caixa e depósitos bancários de curto prazo que possam ser imediatamente mobilizáveis sem risco significativo de flutuações de valor.

Fornecedores e outras contas a pagar

As dívidas registadas em “Fornecedores” e “Outras contas a pagar” são contabilizadas pelo seu valor nominal.

3.2.4 Fundos Patrimoniais

A rubrica “Fundos” constitui o interesse residual nos ativos após dedução dos passivos.

Os “Fundos Patrimoniais” são compostos por:

- fundos atribuídos pelos fundadores da Entidade ou terceiros;
- fundos acumulados e outros excedentes;
- subsídios, doações e legados que o governo ou outro instituidor ou a norma legal aplicável a cada entidade estabeleçam que sejam de incorporar no mesmo

3.2.5 Provisões

Periodicamente, a Entidade analisa eventuais obrigações que advenham de pretéritos acontecimentos e dos quais devam ser objeto de reconhecimento ou de divulgação. Assim, a Entidade reconhece uma Provisão quando tem uma obrigação presente resultante de um evento passado e do qual seja provável que, para a liquidação dessa obrigação, ocorra um exfluxo que seja razoavelmente estimado.

O valor presente da melhor estimativa na data de relato dos recursos necessários para liquidar a obrigação é o montante que a Entidade reconhece como provisão, tendo em conta os riscos e incertezas intrínsecos à obrigação.

Na data de relato, as Provisões são revistas e ajustadas para que assim possam refletir melhor a estimativa a essa data.

Por sua vez, os Passivos Contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, no entanto são divulgados sempre que a possibilidade de existir exfluxo englobando benefícios económicos não seja remota. Tal como os Passivos Contingentes, os Ativos Contingentes também não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, ocorrendo a sua divulgação apenas quando for provável a existência de um influxo.

3.2.6 Estado e Outros Entes Públicos

O imposto sobre o rendimento do período corresponde ao imposto a pagar. Este, inclui as tributações autónomas.

Nos termos do n.º 1 do art.º 10 do Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (CIRC) estão isentos de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (IRC):

- a) As instituições particulares de solidariedade social e Entidades anexas, bem como as pessoas coletivas àquelas legalmente equiparadas;

4 Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros:

Não se verificaram quaisquer efeitos resultantes de alteração voluntária em políticas contabilísticas.

5 Ativos Fixos Tangíveis

Outros Ativos Fixos Tangíveis

A quantia escriturada bruta, as depreciações acumuladas, a reconciliação da quantia escriturada no início e no fim dos períodos de 2024 e de 2025, mostrando as adições, os abates e alienações, as depreciações e outras alterações, foram desenvolvidas de acordo com o seguinte quadro:

Descrição	2024					Saldo final
	Saldo inicial	Aquisições	Abates	Transferências	Depreciações	
Custo						0,00
Terrenos e recursos naturais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	305.805,89
Edifícios e outras construções	298.062,38	7.743,51	0,00	0,00	0,00	30.799,24
Equipamento básico	30.360,24	439,00	0,00	0,00	0,00	371.685,91
Equipamento de transporte	328.655,42	43.030,49	0,00	0,00	0,00	0,00
Equipamento biológico	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	14.624,05
Equipamento administrativo	14.267,87	356,18	0,00	0,00	0,00	3.308,00
Outros Ativos fixos tangíveis	3.308,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Total	674.653,91	51.569,18	0,00	0,00	0,00	726.223,09
Depreciações acumuladas						0,00
Terrenos e recursos naturais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	80.129,71
Edifícios e outras construções	73.431,01	0,00	0,00	0,00	6.698,70	24.887,29
Equipamento básico	24.082,59	0,00	0,00	0,00	804,70	300.003,24
Equipamento de transporte	270.109,93	0,00	0,00	0,00	29.893,71	0,00
Equipamento biológico	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	13.792,61
Equipamento administrativo	13.539,21	0,00	0,00	0,00	253,40	1.079,00
Outros Ativos fixos tangíveis	539,50	0,00	0,00	0,00	539,50	
Total	381.702,24	0,00	0,00	0,00	38.190,01	419.892,26

Descrição	2024				Saldo final
	Saldo inicial	Aumentos	Abate	Depreciações	
Custo					0,00
Terrenos e recursos naturais	0,00	0,00	0,00	0,00	225.676,13
Edifícios e outras construções	224.631,42	7.743,51	0,00	6.698,70	5.911,95
Equipamento básico	6.277,65	439,00	0,00	804,70	71.682,27
Equipamento de transporte	58.545,49	43.030,49	0,00	29.893,71	0,00
Equipamento biológico	0,00	0,00	0,00	0,00	831,44
Equipamento administrativo	728,66	356,18	0,00	253,40	2.229,00
Outros Ativos fixos tangíveis	2.768,50	0,00	0,00	539,50	
Total	292.951,72	51.569,18	0,00	38.190,01	306.330,83

No período de 2025, ocorreram os seguintes movimentos:

Descrição	2025					Saldo final
	Saldo inicial	Aquisições	Abates	Transferências	Depreciações	
Custo						
Terrenos e recursos naturais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Edifícios e outras construções	305.805,89	9.285,54	0,00	0,00	0,00	315.091,43
Equipamento básico	30.799,24	1.486,94	0,00	0,00	0,00	32.286,18
Equipamento de transporte	371.685,91	39.875,25	36.024,82	0,00	0,00	375.536,34
Equipamento biológico	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Equipamento administrativo	14.624,05	0,00	0,00	0,00	0,00	14.624,05
Outros Ativos fixos tangíveis	3.308,00	0,00	0,00	0,00	0,00	3.308,00
Total	726.223,09	50.647,73	36.024,82	0,00	0,00	740.846,00
Depreciações acumuladas						
Terrenos e recursos naturais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Edifícios e outras construções	80.129,71	0,00	0,00	0,00	6.884,41	87.014,12
Equipamento básico	24.887,29	0,00	0,00	0,00	977,11	25.864,40
Equipamento de transporte	300.003,24	0,00	35.136,87	0,00	36.206,79	301.073,16
Equipamento biológico	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Equipamento administrativo	13.792,61	0,00	0,00	0,00	253,40	14.046,01
Outros Ativos fixos tangíveis	1.079,00	0,00	0,00	0,00	539,50	1.618,50
Total	419.892,26	0,00	35.136,87	0,00	44.861,21	429.616,19

Descrição	2025					Saldo final
	Saldo inicial	Aumentos	Abate	Depreciações		
Custo						
Terrenos e recursos naturais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Edifícios e outras construções	225.676,13	9.285,54	0,00	6.884,41	228.077,26	
Equipamento básico	5.911,95	1.486,94	0,00	977,11	6.421,78	
Equipamento de transporte	71.682,27	39.875,25	887,50	36.206,79	74.463,23	
Equipamento biológico	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Equipamento administrativo	831,44	0,00	0,00	253,40	578,04	
Outros Ativos fixos tangíveis	2.229,00	0,00	0,00	539,50	1.689,50	
Total	306.330,83	50.647,73	887,50	44.861,21	311.229,81	

No ano de 2025, foram investidos 50.647,73 € em ativos fixos tangíveis, nomeadamente na melhoria das instalações (9.285,54 €), reparações de viaturas e aquisição de uma viatura (39.875,25 €) e mobiliário, televisores e frigorífico (1.486,94 €).

Para o ano de 2026, a instituição pretende adquirir um gerador.

6 Inventários

Em 31 de dezembro de 2025 e de 2024 a rubrica "Inventários" apresentava os seguintes valores:

Descrição	2024				2025		
	Inventário inicial	Compras	Reclassificações e Regularizações	Inventário final	Compras	Reclassificações e Regularizações	Inventário final
Mercadorias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	2 599,26	48 710,20	229,74	2 237,95	45 748,24	22,53	1 888,20
Produtos acabados e intermédios	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Subprodutos, desperdícios, resíduos e refugos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Produtos e trabalhos em curso	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total	2 599,26	48 710,20	229,74	2 237,95	45 748,24	22,53	1 888,20
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas				48 841,77			46 075,46
Variações nos inventários da produção				0,00			0,00

7 Rédito

Para os períodos de 2025 e 2024 foram reconhecidos os seguintes R ditos:

Descri�o	2025	2024
Vendas	0,00	0,00
Presta�o de Servi�os		
Quotas de utilizadores - 721	78 318,94	64 887,16
Quotas e joias - 722	1 332,00	942,00
Socorrismo/Apoio Social - 729	354 388,21	391 366,50
Rendimentos de patrocinadores e colabora�es	0,00	0,00
Juros	0,00	0,00
Royalties	0,00	0,00
Dividendos	0,00	0,00
Total	434 039,15	457 195,66

8 Subsídios do Governo e apoios do Governo

A 31 de dezembro de 2025 e 2024, a Entidade tinha os seguintes saldos nas rubricas de "Subsídios do Governo" e "Apoios do Governo":

Descri�o	2025	2024
Subs�dios do Governo		
ISS, IP – CENTRO DISTRITAL - 7511	68 650,14	77 084,01
Or�amento Participativo – CMTV - 7513	26 803,00	0,00
IEFP		
0135/TJ/23 – 751401	2 024,47	2024,47
0026/+E/24 – 751402	5 194,45	0,00
014/CEI+/25 – 751403	3 103,65	0,00
Total	105 775,71	79 108,48

9 Benefícios dos empregados

O número de membros dos órgãos diretivos, nos períodos de 2025 e 2024, foram, respetivamente 15 e 16.

O número médio de pessoas ao serviço da Entidade em 31/12/2025 foi de 19 e em 31/12/2024 foi de 17.

Os gastos que a Entidade incorreu com os funcionários foram os seguintes:

Descrição	2025	2024
Remunerações aos Órgãos Sociais	0,00	0,00
Remunerações ao pessoal - 632	265 491,48	237 615,55
Benefícios Pós-Emprego	0,00	0,00
Indemnizações – 634	0,00	0,00
Encargos sobre as Remunerações – 635	55 514,09	50 375,14
Seguros de Acidentes no Trabalho e Doenças Profissionais - 636	8 257,31	7 033,88
Gastos de Ação Social	0,00	0,00
Outros Gastos com o Pessoal - 638	2 784,50	4 581,17
Total	332 047,38	299 605,74

10 Divulgações exigidas por outros diplomas legais

A Entidade não apresenta dívidas ao Estado em situação de mora, nos termos do Decreto-Lei 534/80, de 7 de novembro.

Dando cumprimento ao estabelecido no Decreto-Lei 411/91, de 17 de outubro, informa-se que a situação da Entidade perante a Segurança Social se encontra regularizada, dentro dos prazos legalmente estipulados.

11 Outras Informações

De forma a uma melhor compreensão das restantes demonstrações financeiras, são divulgadas as seguintes informações.

11.1 Associados

A 31 de dezembro de 2025 e 2024, apresentava os seguintes saldos:

Descrição	2025	2024
Ativo		
Associados- 261	0,00	0,00
Doadores - em curso	0,00	0,00
Patrocinadores	0,00	0,00
Quotas	0,00	0,00
Financiamentos concedidos	0,00	0,00
Outras operações	0,00	0,00
Perdas por imparidade	0,00	0,00
Total	0,00	00,00
Passivo		
Associados	0,00	0,00
Financiamentos obtidos	0,00	0,00
Resultados disponíveis	0,00	0,00
Outras operações	0,00	0,00
Total	0,00	0,00

11.2 Clientes e Utentes

Para os períodos de 2025 e 2024 a rubrica "Clientes" encontra-se desagregada da seguinte forma:

Descrição	2025	2024
Clientes e Utentes c/c		
Clientes – 2111	129 458,97	87 344,54
Utentes – 2117	8 309,45	6 464,15
Clientes e Utentes títulos a receber		
Clientes	0,00	0,00
Utentes	0,00	0,00
Clientes e Utentes factoring		
Clientes	0,00	0,00
Utentes	0,00	0,00
Clientes e Utentes cobrança duvidosa		
Clientes	0,00	0,00
Utentes	0,00	0,00
Total	137 768,42	93 808,69

11.3 Diferimentos

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, a rubrica “Diferimentos” englobava os seguintes saldos:

Descrição	2025	2024
Gastos a Reconhecer		
Seguros - 2811	1 447,44	1 694,14
Total	1 447,44	1 694,14
Rendimentos a Reconhecer		
Total	0,00	0,00

Na rubrica “Gastos a reconhecer” inclui os prémios de seguros pagos em 2025, referentes ao ano de 2026.

11.4 Caixa e Depósitos Bancários

A rubrica de “Caixa e Depósitos Bancários”, a 31 de dezembro de 2025 e 2024, encontrava-se com os seguintes saldos:

Descrição	2025	2024
Caixa - 11	1 262,34	81,81
Depósitos à ordem - 12	13 373,19	66 343,99
Depósitos a prazo	0,00	0,00
Total	14 635,53	66 425,80

11.5 Fundos Patrimoniais

Nos “Fundos Patrimoniais” ocorreram as seguintes variações:

Descrição	Saldo Inicial	Aumentos	Diminuições	Saldo Final
Fundos – 51	52 688,95	0,00	0,00	52 688,95
Excedentes técnicos	0,00	0,00	0,00	0,00
Reservas	0,00	0,00	0,00	0,00
Resultados transitados – 56	341 717,65	5 865,24	4 330,16	343 252,73
Excedentes de revalorização	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras variações nos fundos patrimoniais - 59	5 775,00	0,00	5 775,00	0,00
Total	400 181,60	5 865,24	10 105,16	395 941,68

A conta Resultados Transitados apresenta um aumento de valor em 5.865,24 € em virtude do resultado líquido positivo do ano de 2024.

A conta outras variações nos fundos patrimoniais apresenta uma diminuição no valor total de 5.775,00€, referente ao diferimento dos subsídios, do apoio financeiro pela aquisição de viatura elétrica no valor de 4 375,00 € no âmbito do PRR e do apoio da Câmara Municipal de Torres Vedras, na aquisição de viatura no valor de 1.400,00 €.

11.6 Fornecedores

O saldo da rubrica de "Fornecedores" é discriminado da seguinte forma:

Descrição	2025	2024
Fornecedores c/c – 221	41 662,56	12 984,60
Fornecedores títulos a pagar	0,00	0,00
Fornecedores faturas em receção e conferência	0,00	0,00
Total	41 662,56	12 984,60

11.7 Estado e Outros Entes Públicos

A rubrica de "Estado e outros Entes Públicos" está dividida da seguinte forma:

Descrição	2025	2024
Ativo		
Imposto sobre o Rendimentos das Pessoas Coletivas (IRC)	0,00	0,00
Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA) - 243	802,09	998,69
Outros Impostos e Taxas	0,00	0,00
Total	802,09	998,69
Passivo		
Imposto sobre o Rendimentos das Pessoas Coletivas (IRC)	0,00	0,00
Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA)	0,00	0,00
Imposto sobre o Rendimentos das Pessoas Singulares (IRS)	0,00	0,00
Segurança Social - 245	10 575,58	13 136,29
Outros Impostos e Taxas – 2487	0,00	0,00
Total	10 575,58	13 136,29

11.8 Outras Contas a Pagar

A rubrica "Outras contas a pagar" desdobra-se da seguinte forma:

Descrição	2025		2024	
	Não Corrente	Corrente	Não Corrente	Corrente
Pessoal				
Remunerações a pagar - 23	0,00	0,00	0,00	255,54
Cauções	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras operações	0,00	0,00	0,00	0,00
Perdas por imparidade acumuladas	0,00	0,00	0,00	0,00
Fornecedores de Investimentos	0,00	0,00	0,00	0,00
Credores por acréscimo de gastos -272	0,00	41 271,70	0,00	40 861,28
Outros credores	0,00	0,00	0,00	0,00
Total	0,00	41 271,70	0,00	41 116,82

11.9 Subsídios, doações e legados à exploração

A Entidade reconheceu, nos períodos de 2025 e 2024, os seguintes subsídios, doações, heranças e legados:

Descrição	2025	2024
Subsídios do Estado e outros entes públicos – 751	105 775,71	77 084,01
Subsídios de outras entidades - 752	0,00	0,00
Doações e heranças – 753	9 791,43	6 933,35
Legados	0,00	0,00
Total	115 567,14	84 017,36

11.10 Fornecimentos e serviços externos

A repartição dos "Fornecimentos e serviços externos" nos períodos findos em 31 de dezembro de 2025 e de 2024, foi a seguinte:

Descrição	2025	2024
Subcontratos - 621	0,00	0,00
Serviços especializados – 622	43 273,48	39 862,56
Materiais – 623	11 287,02	11 091,03
Energia e fluidos – 624	74 396,82	71 836,90
Deslocações, estadas e transportes - 625	4 435,26	3 280,89
Serviços diversos - 626	29 595,23	28 850,65
Total	162 987,81	154 922,03

11.11 Outros rendimentos

A rubrica de “Outros rendimentos” encontra-se dividida da seguinte forma:

Descrição	2025	2024
Rendimentos Suplementares	0,00	0,00
Descontos de pronto pagamento obtidos - 782	0,00	549,21
Recuperação de dívidas a receber	0,00	0,00
Ganhos em inventários	0,00	0,00
Rendimentos em subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos	0,00	0,00
Rendimentos nos restantes ativos financeiros	0,00	0,00
Rendimentos em investimentos não financeiros - 787	426,00	384,18
Outros rendimentos - 788	7 017,05	5 963,28
Total	7 443,05	6 896,67

A conta “Outros Rendimentos” apresenta um valor de 7.017,05 €, referente ao diferimento dos subsídios, do apoio financeiro pela aquisição de viatura elétrica no valor de 4 375,00 € no âmbito do PRR, do apoio da Câmara Municipal de Torres Vedras, na aquisição de viatura no valor de 1.400,00 € e outros no valor de 1.242,05 € que engloba os valores por compensação por falta de aviso prévio por parte dos funcionários que se despediram.

11.12 Outros gastos

A rubrica de “Outros gastos” encontra-se dividida da seguinte forma:

Descrição	2025	2024
Impostos – 681	44,91	232,70
Descontos de pronto pagamento concedidos	0,00	0,00
Incobráveis	0,00	0,00
Perdas em inventários	0,00	0,00
Gastos em subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos	0,00	0,00
Gastos nos restantes investimentos financeiros	0,00	0,00
Gastos em investimentos não financeiros - 687	0,00	0,00
Outros Gastos - 688	1 491,15	330,00
Total	1 536,06	562,70

11.13 Resultados Financeiros

Nos períodos de 2025 e 2024 foram reconhecidos os seguintes gastos e rendimentos relacionados com juros e similares:

Descrição	2025	2024
Juros e gastos similares suportados		
Juros suportados - 691	117,20	34,40
Diferenças de câmbio desfavoráveis	0,00	0,00
Outros gastos e perdas de financiamento - 698	114,55	87,80
Total	231,75	122,20
Juros e rendimentos similares obtidos		
Juros obtidos	0,00	0,00
Dividendos obtidos	0,00	0,00
Outros Rendimentos similares	0,00	0,00
Total	0,00	0,00
Resultados Financeiros	-231,75	-122,20

11.14 Acontecimentos após data de Balanço

No dia dezasseis de janeiro de dois mil e vinte e seis houve eleição de novos corpos sociais e tomadas de posse da nova direção.

Não são conhecidos à data quaisquer eventos subsequentes, com impacto significativo nas Demonstrações Financeiras de 31 de dezembro de 2025.

Após o encerramento do período, e até à elaboração do presente anexo, não se registaram outros factos suscetíveis de modificar a situação relevada nas contas.

As demonstrações financeiras para o período findo em 31 de dezembro de 2025 foram aprovadas pela Direção em 13 de março de 2026.

A Contabilista Certificada,

A Direção,



[Handwritten signature]

[Handwritten signature]
[Handwritten signature]
[Handwritten signature]
[Handwritten signature]
[Handwritten signature]

RÚBRICAS	NOTAS	DATAS	
		31 DEZ 2025	31 DEZ 2024
ACTIVO			
Activo não corrente			
Ativos fixos tangíveis		311 229,82	306 330,83
Bens do património histórico e artístico e cultural		0,00	0,00
Ativos intangíveis		0,00	0,00
Investimentos financeiros		112,96	2 813,83
Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros		0,00	0,00
Outros Créditos e ativos não correntes		0,00	0,00
		311 342,78	309 144,66
Activo corrente			
Inventários		1 888,20	2 237,95
Créditos a receber		137 768,42	93 808,69
Estado e outros entes públicos		802,09	998,69
Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros		0,00	0,00
Diferimentos		1 447,44	1 694,14
Outros ativos correntes		7 500,00	0,00
Caixa e depósitos bancários		14 635,53	66 425,80
		164 041,68	165 165,27
Total do ativo		475 384,46	474 309,93
FUNDOS PATRIMONIAIS E PASSIVO			
Fundos patrimoniais			
Fundos		52 688,95	52 688,95
Excedentes técnicos		0,00	0,00
Reservas		0,00	0,00
Resultados de Exercícios Anteriores		343 252,73	341 717,65
Excedentes de revalorização		0,00	0,00
Ajustamentos / Outras variações nos fundos patrimoniais		7 500,00	5 775,00
		403 441,68	400 181,60
Resultado líquido do período		-30 690,32	5 865,24
Total dos fundos patrimoniais		372 751,36	406 046,84
Passivo			
Passivo não corrente			
Provisões		0,00	0,00
Provisões específicas		0,00	0,00
Financiamentos obtidos		0,00	0,00
Outras dívidas a pagar		0,00	0,00
		0,00	0,00
Passivo corrente			
Fornecedores		41 662,56	12 984,60
Estado e outros entes públicos		11 518,70	13 997,59
Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros		0,00	0,00
Financiamentos obtidos		7 500,00	0,00
Diferimentos		0,00	0,00
Outros passivos correntes		41 951,84	41 280,90
		102 633,10	68 263,09
Total do passivo		102 633,10	68 263,09
Total dos fundos patrimoniais e do passivo		475 384,46	474 309,93

A Direção,
Luis Sandino
Relatório
Almo Reis
Luis eozte

Contabilista Certificada,

Reafirmado



Associação de Socorros de Outeiro da Cabeça
 DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZAS
 PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025

Contribuinte: 502821809

Moeda: EUROS

VALÊNCIA: 9001 - Apoio Domiciliário

RENDIMENTOS E GASTOS	NOTAS	PERÍODOS	
		2025	2024
Vendas e serviços prestados		34.086,95	30.496,43
Subsídios, doações e legados à exploração		50.223,04	55.090,23
Variação nos inventários da produção		0,00	0,00
Trabalhos para a própria entidade		0,00	0,00
Custos das mercadorias vendidas e das matérias consumidas		8.364,57	7.782,11
Fornecimentos e serviços externos		11.930,51	8.271,48
Gastos com o pessoal		55.579,90	69.592,22
Ajustamentos de inventários (perdas/reversões)		0,00	0,00
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)		0,00	0,00
Provisões (aumentos/reduções)		0,00	0,00
Provisões específicas (aumentos/reduções)		0,00	0,00
Outras imparidades (perdas/reversões)		0,00	0,00
Aumentos/reduções de justo valor		0,00	0,00
Outros rendimentos		4.601,00	2.307,50
Outros gastos		6,17	6,17
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		13.029,84	2.242,18
Gastos/reversões de depreciação e de amortização		11.960,08	7.850,81
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		1.069,76	-5.608,63
Juros e rendimentos similares obtidos		0,00	0,00
Juros e gastos similares suportados		40,04	13,18
Resultados antes de impostos		1.029,72	-5.621,81
Imposto sobre o rendimento do período		0,00	0,00
Resultado líquido do período		1.029,72	-5.621,81

A Direção,

Luis J. Garcia
Reto
Ano de 2025
Assinatura
Luis Costa

Contabilista Certificada,

Rosa Duarte

